

TABUAÇO

(Granjinha)

Na margem sul do rio Douro, no vale do seu afluente Távora, destaca-se a igreja do mosteiro de São Pedro das Águias, pertencente à freguesia de Granjinha (Tabuaço) e à diocese de Lamego (distrito de Viseu). Situado a cerca de 12 km de Tabuaço, São Pedro das Águias é acessível através da estrada nacional N323, na direção de Granjinha, devendo em seguida prosseguir-se pela estrada 1116.

Mosteiro de São Pedro das Águias

TENDO CONSTITUÍDO uma das casas da Ordem de Cister no território das Beiras, subsiste hoje unicamente o templo românico. Pela sua localização e caráter singular da implantação monástica, mas também pela qualidade da sua fábrica construtiva e escultórica, este monumento tem merecido uma menção especial na historiografia da arquitetura românica portuguesa.

Sobre a fundação de São Pedro das Águias debruçou-se Mário Barroca, que ressalva que são mal conhecidas as origens do mosteiro, por se encontrarem “pouco retratadas

na documentação coeva e demasiado envoltas em lendas”. Uma dessas tradições faz remontar a sua existência a época anterior ao século XI, atribuindo a construção de uma pequena ermida para monges, em lugar junto à margem do Távora, à ação de D. Tedo Ermiges e D. Rausendo Ermiges – dois cavaleiros que, sob Afonso V ou Bermudo III, teriam ocupado aqueles territórios no contexto da Reconquista –. É apontado ainda que o direito de padroado se manteve naquela estirpe, chefiada a dada altura por Ramiro Pinioniz cuja irmã, D. Dórdia Gomes (ou Pinioniz),



*Perspetiva geral da
implantação*

casou com D. Garcia Rodrigues, rico-homem do conde D. Henrique.

Segundo Mário Barroca, se é difícil estabelecer a origem do cenóbio em época tão recuada, já a sua existência no tempo dos condes portugalenses encontra-se atestada pela carta de couto concedida por D. Henrique (1066-1112) e D. Teresa (1080-1130); embora tratando-se de um documento desaparecido, esta carta é citada nas Inquirições de 1258, tendo sido validada pelos inquiridores de D. Afonso III, que registaram que o mosteiro fora edificado em propriedade reguenga e que era então do padroado régio. Como explana o autor, sabe-se que em 1170 os descendentes de D. Garcia Rodrigues, *miles* de Leomil, abdicaram dos seus direitos patronais sobre São Pedro das Águias.

Na carta de liberdade passada ao cenóbio pelos descendentes de Garcia Rodrigues e D. Dórdia, em 1170, declarou-se que os religiosos viviam sob a regra de São Bento. Miguel de Oliveira, rejeitando a lenda que associa o nome de João Cirita à introdução dos usos cistercienses em São Pedro das Águias – relatada por Fr. Bernardo de Brito –, assinalou que é desconhecida a data em que o mosteiro se filiou na Ordem de Cister. O autor chamou a atenção para o facto de a casa religiosa ter sido citada como abadia cisterciense em 1205, quando o Capítulo Geral da Ordem se ocupou com uma questão relativa ao seu abade.

Apesar de a carta de liberdade (publicada por Fr. António Brandão na *Monarchia Lusitana*) não ter explicitado a filiação cisterciense, Maria Alegria Marques defende que é possível que os novos usos já tivessem sido adotados em São Pedro das Águias em 1170. Abordando o problema da introdução dos costumes cistercienses em Portugal, e questionando-se sobre o carácter intencional ou acidental de uma referência na documentação, esta autora argumenta que o facto de as fontes documentais alusivas a certos mosteiros não apresentarem a menção expressa da Ordem de Cister não significa, necessariamente, que neles a nova observância não estivesse a ser seguida – dado que, como lembra, não estava em causa uma nova regra, mas antes “uma nova forma de viver uma regra já existente, a beneditina” –. Maria A. Marques considera assim que é provável que São Pedro das Águias tenha constituído um primitivo eremitério, ou uma estrutura cenobítica, onde se introduziu cerca de 1170 a regra beneditina mas já sob a reforma cisterciense.

Em estudo consagrado ao fenómeno eremítico português, José Mattoso sublinhou como, no século XII, se verificou a passagem de vários eremitérios situados no Entre-Douro-e-Minho e nas Beiras a comunidades de regra,

filiações nos institutos florescentes da época, como foi o caso de Cister. À semelhança de outras casas cistercienses que se estabeleceram a partir da incorporação de eremitérios existentes na região das Beiras (Lafões e Sever), o autor considerou que é provável que também o mosteiro de São Pedro das Águias tenha origem eremítica.

Segundo Maria A. Marques, a expressão que o movimento eremítico já tinha entre nós, na primeira metade do século XII, “pôde significar, de alguma forma, a preparação de um ambiente propício à receptividade de uma forma de vida monástica caracterizada pelas suas afinidades com esse movimento”. Debruçando-se sobre um primeiro núcleo de implantação da Ordem de Cister em Portugal, no território das Beiras, a autora argumenta que a tradição eremítica da região propendia à aceitação da reforma cisterciense, uma vez tomada a opção pela vida comunitária. A aceitação da observância cisterciense pelos eremitas deve-se, de acordo com a autora, ao que Cister representava em relação aos seus ideais: a continuidade de uma vida austera, rigorosa, agora em comunidade submetida a uma regra.

Terá sido através da afiliação ao mosteiro de São João de Tarouca que São Pedro das Águias se ligou à Ordem de Cister. O mosteiro português voltou a ser objeto de atenção por parte do Capítulo Geral em 1216, quando se registou que passava por uma situação de máxima pobreza, “a ponto de o capítulo entender por bem que o abade de Claraval dele dispusesse segundo a utilidade e a honestidade da Ordem e tentasse restabelecer a boa administração em tal casa”, refere Maria A. Marques. Para a autora, tal dado evidencia que, apesar da proteção concedida pelo poder régio, o desenvolvimento e a pujança económica das abadias cistercienses em Portugal, ao longo dos séculos XII e XIII, não foram comuns ou contínuos para todos os casos.

Sabe-se que o mosteiro foi beneficiado com legados deixados em testamento pelos reis D. Sancho I e D. Afonso II, integrando também a listagem de casas da Ordem contempladas no testamento de D. Afonso III (1271). Como explana Maria A. Marques, assuntos de natureza diversa eram analisados pelo Capítulo Geral da Ordem, como a transferência do lugar de fixação das abadias cistercienses; nova menção a São Pedro das Águias surge nas atas de 1227, com um pedido do seu abade para mudar o sítio de implantação do mosteiro português.

Saúl António Gomes vinca que era muito desigual a importância das casas da Ordem de Cister em Portugal, no período medieval. Assinala este autor que, quer pelo número de religiosos, quer pela atividade cultural e pastoral desenvolvida, e ainda sobretudo pelo nível de riqueza

económica, se pode concluir que todos estes mosteiros se distinguiam entre si. Analisando as taxas calculadas para cada uma das casas cistercienses em 1320 (em censo relativo aos rendimentos das igrejas e mosteiros de Portugal), Saúl A. Gomes refere que, para além de Alcobaça, encontravam-se numa posição económica confortável mosteiros como Tarouca, Salzedas ou Bouro, as casas femininas de Lorvão ou Odivelas, enquanto abadias como Ermelo, Júnias e São Pedro das Águias se achavam em situação menos favorável.

São Pedro das Águias foi uma das casas da Ordem de Cister visitadas pelo Abade de Claraval, D. Edme de Saulieu, em 1533. A partir do relato do seu secretário, Claude de Bronseval, Maria A. Marques aponta que a maior parte dos mosteiros cistercienses da Beira interior, assim como os do norte, eram aqueles que se encontravam em estado visível de degradação e ruína. Acrescenta a autora que a deterioração material era evidentemente acompanhada pela lassidão moral das respetivas comunidades religiosas. No caso do cenóbio erigido junto ao Távora, registaram os visitantes quinhentistas que o claustro se achava em ruína, bem como outras dependências de uso comunitário,

tendo sido notado o carácter individual da vida que os religiosos levavam, em total desrespeito pela observância cisterciense.

Em data imprecisa, o mosteiro viria a ser transladado para um lugar situado um pouco mais a norte, na mesma encosta daquele vale. O local primitivo passaria a ser conhecido como capela ou ermida de São Pedro Velho, distinguindo-se desta forma da segunda implantação monástica, designada Quinta de São Pedro das Águias.

Apesar das limitações materiais e humanas, a abadia de São Pedro das Águias desempenhou um papel importante no povoamento territorial, através da fundação de diversas localidades. Entre as paróquias do seu couto contavam-se Castanheiro, Espinhosa, Pereiro, Casais, Serzedinho e Valença do Douro. Ao longo do século XVI a atuação dos abades comendatários parece ter sido a principal causa da ruína material e disciplinar do cenóbio. A sua integração na Congregação de Alcobaça deu-se no reinado de D. João III. De acordo com M. Gonçalves da Costa, à semelhança do ocorrido com outros mosteiros da região, após a supressão das Ordens Religiosas o cartório de São Pedro das Águias desapareceu num incêndio.

Alçado norte



Maria Leonor Botelho vinca que, para além do abandono do primeiro local de implantação monástica - e da construção da época românica -, deverá considerar-se ainda o alcance que o fenómeno da Extinção das Ordens Religiosas (1834) teve. Conclui a autora que "Só este difícil percurso pode explicar o facto de que, quando a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), se deparou em 1943/1954 com este edifício, o tivesse encontrado quase desmoronado".

Como realçou Leonor Botelho, no panorama da arquitetura românica em Portugal o mosteiro de São Pedro das Águias assume um lugar de destaque pelas características extremamente originais da sua implantação. Para a autora, é evidente o carácter isolado do sítio de implantação monástica e, por outro lado, a perfeita comunhão entre o edificado e a paisagem agreste envolvente. O local de fundação monástica inscreve-se numa área que apresenta uma geomorfologia muito acidentada, conforme registou Ricardo Teixeira. Nesta parte do vale do Távora, na encosta esquerda sobressaem várias fragas de elevada altura, originando um perfil escarpado sobre o rio.

Com os edifícios monásticos erigidos num estreito balcão, encaixado entre altas fragas e o declive abrupto para o Távora, a situação desta implantação apenas se pode explicar por motivações eremíticas e talvez devocionais, frisou Carlos Alberto Ferreira de Almeida. Com efeito, este autor explicou como a escolha de sítio para erigir uma igreja ou mosteiro, na época românica, não era arbitrária. "Quando, por motivos poderosos ou porque as instituições acabavam de aparecer, se impunha a opção de sítio novo para igreja ou mosteiro, preferiam-se os *locais abençoados*", entre os quais os lugares já consagrados por tradições religiosas, como a vida eremítica. Assim, para Ferreira de Almeida em São Pedro das Águias só a sacralidade do lugar, o "prestígio de um antigo local de eremitas", permite compreender que o mosteiro tenha sido erguido em sítio com características tão particulares.

Devido à necessidade de orientar a cabeceira do templo para nascente – em conformidade com a norma litúrgica que a isso obrigava –, a igreja foi implantada em sentido transversal no pequeno e estreito socalco escolhido para a construção, ocupando quase toda a profundidade da plataforma. Esta disposição levou a que a fachada ocidental do templo fosse erguida praticamente encostada à escarpa, numa solução arquitetónica incomum – como sugeriu Ferreira de Almeida, esta igreja "quase dispensava a fachada". Consequentemente, observou o autor, o portal axial, elemento que simbolicamente é muito importante, revela-se aqui funcionalmente pouco útil. Outra particularidade desta implantação, apontada pelo autor, é o facto de se ter

adaptado a construção ao declive existente no balcão – pelo que a entrada principal do templo se faz a uma cota mais elevada relativamente ao piso interior e, exteriormente, a cabeceira apresenta-se desnivelada (mais baixa) em relação ao corpo da igreja.

Analisando o carácter singular das soluções arquitetónicas desta igreja românica, Ferreira de Almeida exprimiu que o seu arranjo "reflete a pequenez e o pendor do espaço disponível". O isolamento do sítio, mas também as suas características orográficas e topográficas, foram sublinhados pelo autor, que vincou que as motivações desta implantação religiosa certamente só podem estar relacionadas com "a tradição eremítica local e a anterior sacralidade de um lugar estimado".

Segundo Leonor Botelho, o isolamento do sítio foi desde cedo notado e deve ter sido um dos fatores que conduziu o abade de São Pedro das Águias, em 1227, a apresentar ao Capítulo Geral da Ordem um pedido para mudar a localização do mosteiro. Se o afastamento dos locais povoados (cidade, burgo ou aldeia) era um dos requisitos para o estabelecimento de novas casas cistercienses, já o carácter isolado deste lugar – lembra a autora – não deve ter sido favorável ao modelo de autossuficiência definido pela Ordem para os seus mosteiros. Recorde-se que logo em 1216 a situação de precariedade económica da abadia portuguesa era reportada ao Capítulo Geral.

Artur N. de Gusmão chamou a atenção para a exiguidade da área de socalcos em que se erigiu a construção românica, argumentando que tal espaço tornava impossível o desenvolvimento de qualquer comunidade cisterciense, mesmo uma de menor dimensão. O local seria abandonado pelos monges, que se transfeririam para um lugar a cerca de 2km para norte, na mesma margem do rio mas a maior altitude; segundo Ricardo Teixeira, numa plataforma sensivelmente a meia-encosta, o novo complexo monástico implantava-se então "em local mais aberto e espaçoso e de mais fácil captação de água".

Este autor assinala que o desaparecimento de grande parte da documentação do mosteiro impede que se conheça melhor o processo de abandono do sítio primitivo e a sua cronologia (nomeadamente se a realocação se deu ainda na Idade Média ou posteriormente). Incidindo sobre o texto produzido por Claude de Bronseval, Ricardo Teixeira considera que apenas a descrição da igreja – referida como um templo pequeno e escuro, não dispendo de coro – permite que se estabeleça uma associação entre o relato da visitação dos cistercienses franceses (1533) e a igreja românica de São Pedro das Águias. Relativamente ao sítio, o autor sugere que a narração parece adequar-se a ambos os locais de implantação monástica. É referido

que o mosteiro se situava na meia-encosta, numa elevação orientada a sul, e que sobre ele se encontrava um bosque de castanheiros e buxos. Bronseval fez menção a um claustro em ruínas, assim como outras estruturas regulares (a entrada no mosteiro e os muros da clausura, que não haviam sido concluídos), registando que o dormitório possuía cinco boas câmaras e que estas eram munidas de lareiras (estando embora desocupadas).

O vão em arco que se rasgou num muro disposto entre o maciço rochoso e a fachada ocidental do templo de São Pedro das Águias devia, para Ricardo Teixeira, dar acesso ao interior do recinto monástico. Assim, os lugares regulares situar-se-iam a norte da igreja, sendo nessa área que se detetou a presença de muita cerâmica medieval, que o autor aventa poder ser hipoteticamente atribuída à ocupação dos séculos XI e XII (a obstar ao conhecimento sobre a ocupação do sítio está também o facto de as obras de restauro da DGEMN não terem sido acompanhadas de escavações arqueológicas, de acordo com o autor).

Apesar das várias interrogações que permanecem relativamente ao processo de transladação do mosteiro, e independentemente da indefinição quanto ao modo como se implementou esta abadia cisterciense (através da incorporação de um antigo eremitério ou pela afiliação de uma casa beneditina de observância cluniacense), São Pedro das Águias é exemplificativo de um fenómeno que não foi incomum, no panorama europeu das abadias da Ordem de Cister. Como explica Terryl N. Kinder, não obstante a habilidade dos cistercienses para transformarem os sítios em que se fixaram em lugares habitáveis e autossuficientes, por

vezes os locais escolhidos vieram a revelar-se inadequados, obrigando à realocação das comunidades. Foram numerosas as transferências de sítio ocorridas em mosteiros cistercienses, dos quais Cîteaux (Borgonha) é logo o primeiro exemplo.

Tendo em conta o elevado número de mudanças de sítio nas abadias da Ordem, Terryl Kinder infere que nem sempre uma primeira avaliação dos locais (a comunidade apenas era enviada após a aprovação prévia da localização pelo abade) terá sido suficiente para detetar aspetos que impediriam, a longo prazo, a viabilidade da nova casa; esses impedimentos, em vários casos, apenas se terão evidenciado depois da comunidade habitar o sítio durante algum tempo, ou mesmo decorridos vários anos.

Entre os principais requisitos dos locais de fixação de novas comunidades encontravam-se a presença de água e as características dos recursos hídricos; importava também aferir se eram suficientes as dimensões da propriedade (doada pelo fundador do mosteiro), se a comunidade possuía terras necessárias para o cultivo e ainda garantir o fornecimento de matérias fundamentais, como madeira e pedra para as obras de construção. Recorda a autora que, de acordo com o estatuído nos documentos primitivos da Ordem de Cister, no estabelecimento de novas abadias os monges deviam dispor, desde o início, de uma série de estruturas (numa primeira fase, de carácter provisório, em madeira) como oratório, dormitório, refeitório (implicando a existência de cozinha e latrinas), portaria e uma área destinada à hospitalidade, cuja obrigação decorria da própria regra beneditina. Terryl Kinder sublinha que um elevado

Abside. Alçados este e sul



Alçado sul



número de comunidades se trasladou do sítio primitivo – quer para outros lugares nas imediações, quer para localizações afastadas – pelo facto de um ou mais desses requisitos não ter sido assegurado.

Emilia Jamroziak assinala que houve casos de abadias cistercienses em que a realocização se deu mais que uma vez, em busca de sítios com melhores condições. O abandono de fundações primitivas podia dever-se ao facto de um lugar se revelar particularmente improdutivo e não garantir a subsistência da comunidade, ou ser afetado por condições adversas como a má qualidade do ar, excesso de humidade ou a falta de água. Não obstante essa realidade, o esforço para criar um ambiente habitável contra todos os perigos e adversidades tornou-se, segundo a autora, um tópico popular nas narrativas produzidas pelos cistercienses. De igual modo, a ideia de os cistercienses se fixarem em sítios extremamente isolados, ermos, apartados do mundo habitado (que se encontra regularmente em textos sobre as origens das abadias), foi talvez, em grande parte, um instrumento retórico útil para apresentar a fundação de uma comunidade sob uma perspectiva heroica, e ainda para estabelecer um ideal de manutenção dos preceitos ascéticos – frisa Emilia Jamroziak.

De acordo com a autora, esta idealização ficou patente nas primeiras memórias escritas das origens da Ordem, tornando-se em seguida estimada pelos cistercienses. Emilia Jamroziak realça que estas narrativas (os Exórdios) tinham como propósito não tanto informar sobre os acontecimentos históricos importantes, mas sobretudo contribuir para a formação de um sentido de identidade cisterciense, comemorar o passado e aquelas figuras proeminentes que as gerações seguintes de monges viriam a venerar como pais fundadores. A descrição de Cîteaux como um *lugar de horror e de vasta solidão (Exordium Cistercii)* remete para a referência bíblica de uma terra deserta, um ermo solitário (Deuterónimo 32,10). Segundo Emilia Jamroziak, esta imagem assumiu ainda particular importância no contexto de reforma religiosa (e monástica) que caracterizou os séculos XI e XII, profundamente marcado pelo ideal do *deserto*, de regresso aos tempos primitivos do Cristianismo.

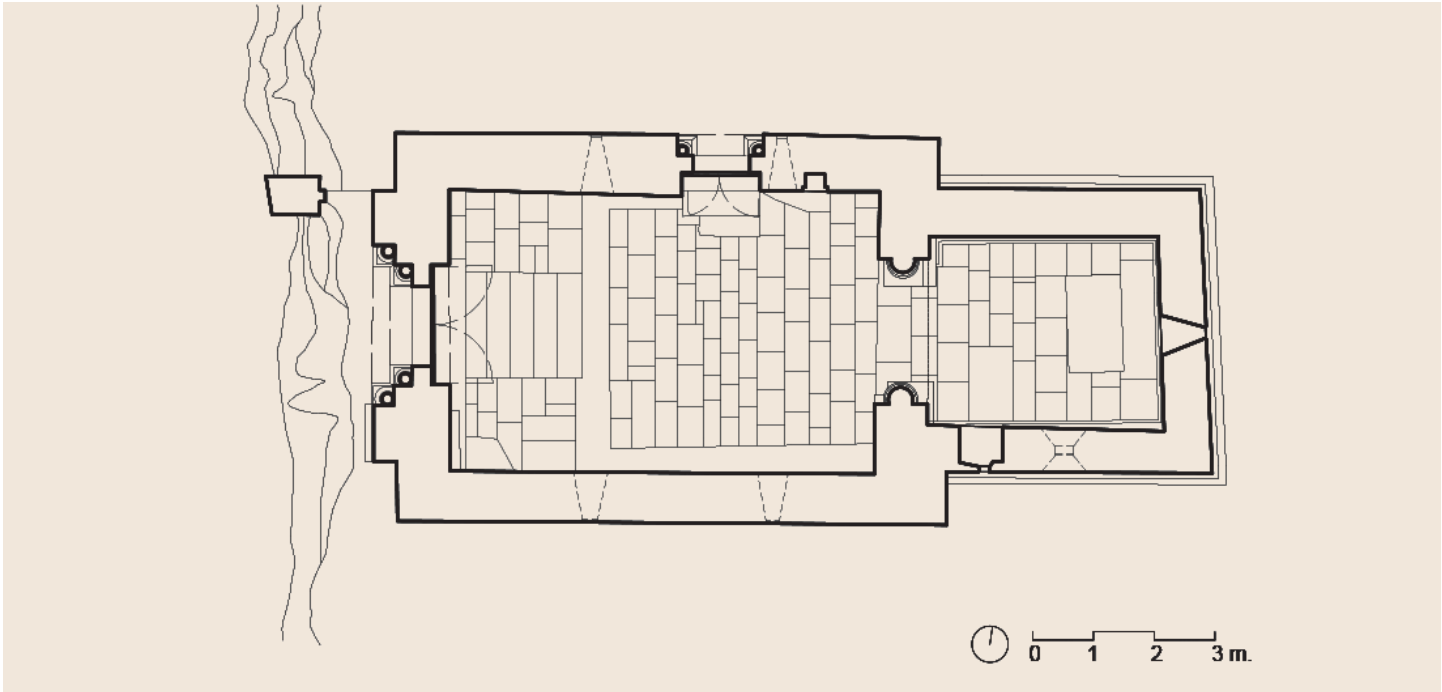
Na análise das soluções arquitetónicas e escultóricas da igreja de São Pedro das Águias, Leonor Botelho torna clara a importância de se averiguar o efeito que as campanhas de restauro promovidas pela DGEMN tiveram sobre os monumentos românicos portugueses. Debruçando-se sobre as fontes documentais alusivas ao restauro realizado naquela obra, em meados do século passado, a autora observa que a circunstância de terem sido encontrados, nas proximidades das paredes meio desmanteladas, praticamente todos os silhares e pedras esculpidas da antiga

fábrica, “permitiu à DGEMN a reconstrução do templo dentro dos princípios de restauro então praticados e na linha da reintegração estilística”; adverte a autora que, assim, na análise da obra românica de São Pedro das Águias importa ter em consideração a intervenção profunda e datada, da qual resulta a leitura atual que se tem do monumento.

A igreja de São Pedro das Águias segue o esquema mais comum no panorama das igrejas românicas portuguesas, mostrando dois corpos retangulares, escalonados, construídos em granito e aparelho pseudo-isódomo. São reduzidas as dimensões de ambos os volumes; com os muros erigidos em granito, a nave e a capela-mor apresentam cobertura de madeira, com telhados de duas águas. A cabeceira patenteia um embasamento saliente e nos seus muros, sensivelmente a meio, dispõe-se um friso com uma ornamentação de desenho muito simples; sobre esse elemento rasga-se, na parede fundeira, a abertura de iluminação da capela-mor, uma estreita fresta virada a oriente. A rematar a empena deste muro encontra-se um *Agnus Dei* sobrepujado por uma cruz vazada, enquanto que no ângulo da empena da nave, bastante mais elevado, foi colocada uma cruz pátea.

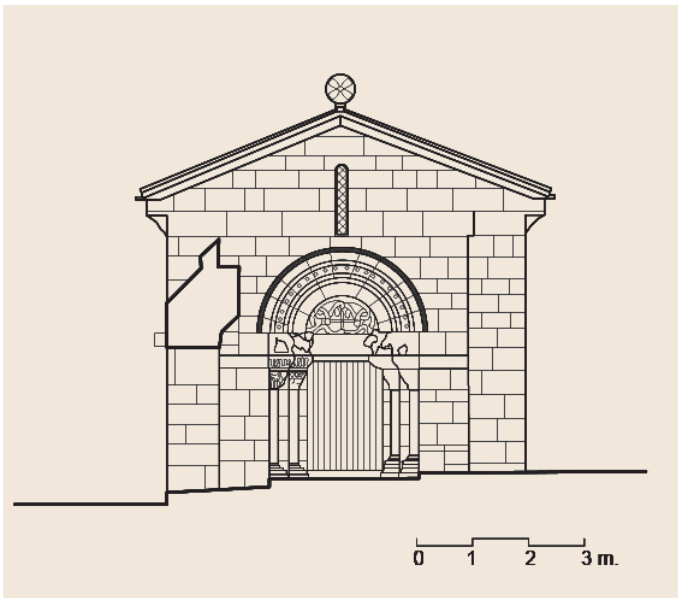
À semelhança da cabeceira, nas fachadas laterais da nave a cornija assenta sobre uma série de cachorros, sendo uns lisos e outros patenteando escultura com motivos zoomórficos e mesmo antropomórficos. Para além de duas estreitas frestas, a fachada lateral do lado sul não apresenta qualquer outra abertura. No lado oposto verificam-se duas frestas rasgadas no muro e, conforme nota Leonor Botelho, algumas mísulas que indiciam a existência de uma estrutura alpendrada, entretanto desaparecida – a qual poderia estar relacionada com o claustro do mosteiro, que se desenvolveria neste lado da igreja.

Nesta fachada lateral do lado norte é o portal que justifica particular atenção, por vários aspetos. Como assinala Leonor Botelho, se a igreja de São Pedro das Águias mostra soluções planimétricas e volumétricas simples, já a qualidade plástica da sua escultura arquitetónica e o carácter cuidado de toda a sua fábrica construtiva conferem a esta obra um lugar de destaque, no panorama do românico português. É precisamente ao nível dos portais (axial e lateral) que os elementos escultóricos desta igreja merecem especial realce; Ferreira de Almeida sublinhou que neles encontram-se “representações de alto significado para a antropologia dos portais românicos”. No portal lateral, em arco de volta perfeita, a arquivolta interna é sustentada por figuras atlantes que assentam sobre uma coluna em cada lado; apesar do nível elevado de degradação da escultura, é possível verificar, sobretudo a partir dos elementos do lado direito, que estas figuras constituiriam feras guardiãs,

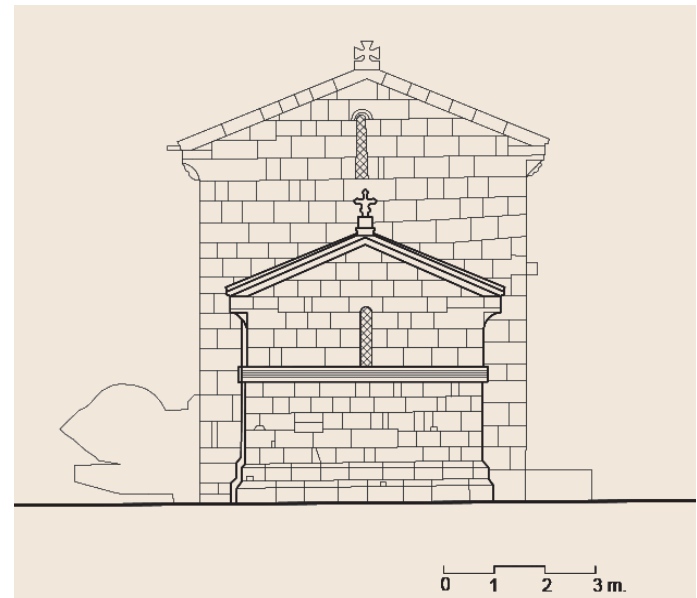


Planta

Alçado oeste



Alçado este



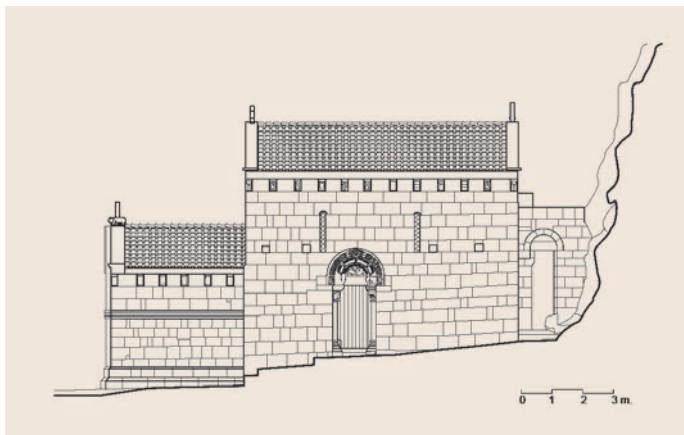
conforme indicou Ferreira de Almeida. As impostas do portal são lisas e a escultura dos capitéis glosa motivos animalistas e vegetalistas, nos lados esquerdo e direito, segundo Leonor Botelho.

A arquivolta exterior, que assenta diretamente nos pés-direitos do muro, é formada por aduelas onde impera a decoração vegetalista, com folhas de acanto. Na aduela de fecho desta arquivolta, que apresenta um granito diferente daquele utilizado nas restantes aduelas (com um grão

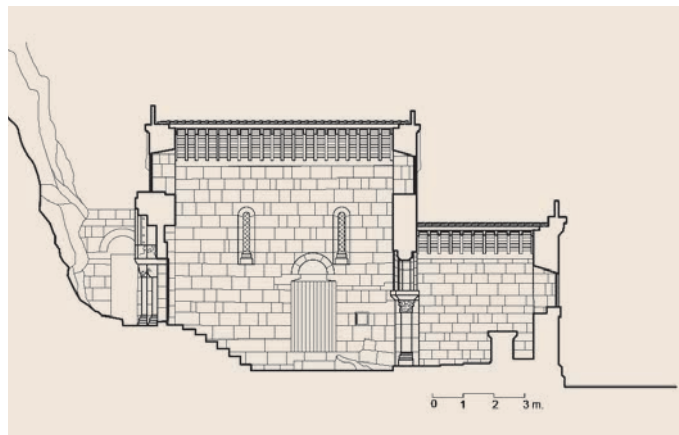
mais fino), foi gravada uma inscrição cuja leitura, de Mário Barroca, se apresenta:

D(omi)N(u)S EXERCITVM : CVSTO[di] / AT : HVIUS :
 TEMPLI : INTROI / TVM ET EXITVM

Segundo o autor, trata-se de uma inscrição que se reveste de significado apotropaico, transcrevendo (com adaptações) o texto do Salmo 121,8: "Que o Senhor dos exércitos guarde a entrada e a saída deste tempo". Mário



Alçado norte



Corte longitudinal

Barroca chama a atenção para o facto de o texto deste Salmo surgir gravado em cerca de quarenta lintéis de portas na Síria Cristã. Realça ainda o autor que em diversos Salmos se encontra Deus designado como “Senhor dos Exércitos”.

Numa abordagem antropológica sobre os portais dos templos românicos, Ferreira de Almeida explicou como um grande número de testemunhos desta época deixa entrever o desejo de proteção e a crença no valor apotropaico de animais terríficos. Nesse contexto a inscrição de São Pedro das Águias é elucidativa, nela se invocando a proteção do *Deus dos Exércitos* na entrada e saída daquele espaço sagrado. Por outro lado, o autor sublinhou que, à semelhança do sentido conferido pelas palavras do ritual de sagração das igrejas (*terribilis est locus iste*), há um caráter complexo na significação de inscrições como esta - apontando-se que “o sagrado é ambivalente, protege mas também castiga quem o não respeita”.

Mário Barroca ressalva que a atual localização da epígrafe de São Pedro das Águias resulta do restauro realizado no século XX, já que a aduela em causa não se encontrava *in situ* de acordo com o registo fotográfico do monumento produzido antes da intervenção (considerando, todavia, que a posição original não devia ser muito diferente da reconstrução executada pela DGEMN). Em termos cronológicos, esta inscrição deve pertencer ao século XII, segundo o autor.

Constituída por três aduelas, a arquivolta interna deste portal mostra três cabeças de animal que trincam um toro, envolvidas por decoração com motivos geométricos. No tímpano foi esculpido um *Agnus Dei* acompanhado de cruz, revelando um tamanho desmesurado relativamente ao espaço disponível, o que originou a quase eliminação das suas pernas. De acordo com Ferreira de Almeida, o *Agnus Dei* (Cordeiro de Deus) constitui o mais comum dos temas

teofânicos do românico português (aparecendo com muita frequência na diocese bracarense), possuindo um caráter apocalíptico e simbólico.

A fachada principal da igreja, que se remata em empena, apresenta um maciço pétreo ligeiramente saliente, onde se rasgou o portal axial do templo. Adossado a esse corpo, no lado esquerdo, foi erigido um muro que se prolonga até encontrar a escarpa, no qual se abriu um vão em arco de volta perfeita. O seu tímpano, formado por dois silhares, apresenta uma composição esculpida em baixo-relevo, composta por uma cruz pátea relevada e, num registo inferior, linhas entrançadas que se transformam em corpos de serpentes, segundo Leonor Botelho.

Como aponta a autora, se o portal axial desta igreja passa quase despercebido pelo facto da fachada ocidental se encontrar quase encostada à fraga rochosa, é neste ponto que a escultura arquitetónica assume especial relevância; com efeito, este portal axial, de dimensões relativamente pequenas e com um espaço tão exíguo na sua frente, mostra uma profusa e túrgida ornamentação escultórica, expressa Leonor Botelho. Envolvidas por ornamentação com motivos zigue-zagueantes, as arquivoltas, em arco de volta perfeita, apoiam-se em leões-atlantes que assentam sobre duas colunas em cada lado. “Ao modo de feras guardiãs, estes leões mostram os olhos bem abertos e a cabeça atenta, virada para fora, significando a guarda da entrada da igreja e do espaço sagrado do seu interior”.

Na arquivolta interna apresentam-se animais que se afrontam na esquina das aduelas, com a escultura a repetir-se sequencialmente, ao longo do arco. É nestes elementos que se deteta a mais nítida influência do românico do foco bracarense – lembra Leonor Botelho –. Também o tímpano revela uma cruz tratada na senda dos modelos bracarenses: um “entrelaço assimétrico, muito largo e com



Cachorrada do alçado sul da nave

Tímpano do vão aberto em muro adossado à fachada principal



Cachorro da cornija norte da nave



um esquema excepcionalmente dinâmico, envolve o motivo central formado por uma cruz, elemento simbolicamente muito importante".

Sobre os capitéis dispõem-se impostas decoradas com palmetas estilizadas, de procedência bracarense, que se prolongam ao longo da fachada, já sob a forma de friso ornado com bilhetes. Os capitéis mostram, segundo Ferreira de Almeida, escultura com motivos vegetalistas que

se apresenta bem encestada. Leonor Botelho realça que o capitel exterior do lado direito revela vestígios de animais afrontados no ângulo do cesto. De pequenas dimensões, as colunas possuem fuste liso. Sobre o portal rasgou-se uma estreita fresta, a coroar a empena desta fachada encontra-se uma cruz pátea.

Abordando a questão da antropologia do portal principal das igrejas românicas, Lúcia Rosas lembra que, na



Alçado norte. Pormenor do portal lateral norte, com inscrição

construção religiosa da época românica, o portal ocidental era concebido como *Porta do Céu* ou *Pórtico da Glória*. A vontade de proteger as entradas dos templos concretizou-se através da representação de temas sagrados nos portais, “mas também na inclusão de outros elementos, como a escultura de animais assustadores ou poderosos e em sinais de valor mágico ou seja, motivos escultóricos como cruzes e rodas solares, capazes de defender as entradas e de proteger a igreja de todos os males”. De acordo com a autora, o leão, constituindo um símbolo mais erudito que o cão ou a serpente, apresenta-se com o sentido de animal de guarda no portal axial de São Pedro das Águias, assim como no portal sul de São Pedro de Rates (Póvoa de Varzim) e na fachada ocidental de Santa Maria Maior de Tarouquela (Cinfães), entre outros exemplos. Lúcia Rosas chama a atenção para a abundante escultura concentrada no pequeno portal axial da igreja do mosteiro implantado junto ao Távora. Numa fachada que se encontra quase encostada ao maciço rochoso, dispendo de uma área tão exígua na sua frente (mal permitindo a passagem), apenas esta carga simbólica do portal ocidental explica que se tenha investido tanto na solenização desta entrada, através dos seus elementos arquitetónicos e escultóricos.

No interior da igreja de São Pedro das Águias sobressai o arco triunfal, de perfil ligeiramente ultrapassado,

cujas arquivoltas se mostram ornadas com pérolas, assentando sobre duas colunas de fuste liso; como vinca Leonor Botelho, destaca-se neste conjunto o tratamento plástico da escultura que ornamenta os capitéis, designadamente a plástica túrgida das palmas representadas.

De acordo com Mário Barroca, observa-se uma inscrição gravada num pequeno silhar de granito, embutido na face interna da parede leste da capela-mor, cuja leitura, do autor, se apresenta:

BENE FV [it...]

O facto de a inscrição se encontrar aparentemente truncada dificulta a compreensão sobre a natureza desta epígrafe, segundo o autor. Para Mário Barroca, é provável que se trate do reaproveitamento de um silhar de uma construção anterior ao templo românico (nomeadamente de uma antiga estrutura eremítica), podendo pertencer ao século XII ou mesmo ao XI. Importa ainda mencionar, no interior da igreja, a existência de um fragmento de uma tampa de sepultura onde foi gravada a inscrição funerária de Gonçalo Garcia, que, de acordo com Mário Barroca, deve datar dos séculos XII-XIII. A leitura que se apresenta é do referido autor:

[...]/ : GVNDISALVUS / GARCIA :



Tímpano do portal axial



Pormenor dos leões-atlantes e capitéis do portal axial

No que respeita à datação desta obra, Ferreira de Almeida argumentou que devemos estar perante duas campanhas construtivas, na medida em que a cabeceira patenteia aspetos decorativos que denunciam um arranjo mais tardio relativamente ao da nave (nomeadamente ao nível

dos modilhões que se distinguem dos da nave, cujas características acusam uma cronologia construtiva mais antiga). Analisando as soluções decorativas dos portais da igreja de São Pedro das Águias – para as quais realçou o parentesco com os modelos do românico da área de Braga-Rates –, e



Interior. Perspetiva geral a partir do lado ocidental

também em face da inscrição patenteada no portal lateral, Ferreira de Almeida considerou que o principal deste monumento deve ter sido edificado no século XII, certamente na segunda metade.

Texto: CC - Fotos: CC/MSch/MF
Planos: MF/MS (sobre SIPA-DGPC/EACR/RD/HA)



Interior. Capitéis do arco triunfal

Bibliografia

- ALMEIDA, C.A.F., 1986b, pp. 13, 19, 25, 27-28, 108-110, 148-151, 154 e 157; ALMEIDA, C.A.F., 2001, pp. 66-67, 74, 129-130, 140-141 e 155-159; BARROCA, M.J., 2000a, Insc. n.º 241 (do [Século XII]), Insc. n.º 242 (do [Século XII] ?) e Insc. n.º 243 (do [Século XII-XIII]); BARROCA, M.J., 2017a, Insc. n.º 280 (do [Século XII]), Insc. n.º 281 (do [Século XII]?) e Insc. n.º 282 (do [Século XII-XIII]); BOTELHO, M.L., 2013a; BOTELHO, M.L., 2015; BRONSEVAL, C., 1970, II, pp. 554-561; COCHERIL, M., 1978, pp. 90-99; COSTA, M.G., 1977, pp. 5, 338 e 607-608; COSTA, M.G., 1979, pp. 481-491; DGEMN, 1954a; GEPB, 1935-60, XXVII, pp. 602-606; GOMES, S.A., 1998, pp. 14-15; GUSMÃO, A.N., 1956, pp. 140-145; JAMROZIAK, E., 2013, pp. 19-20, 54 e 220-221; KINDER, T.N., 2002, pp. 77 e 81-105; MARQUES, M.A., 1998a, pp. 29-73 e 309-327; MARQUES, M.A., 2016; MATTOSO, J., 1972; OLIVEIRA, M., 1951; PMH, INQ., p. 1095 (de 1258); ROSAS, L.M.C. e BOTELHO, M.L., 2010, pp. 25 e 257-270; ROSAS, L.M.C., 2015b; SOUSA, B.V., 2005, p. 113; TEIXEIRA, R., 1999, pp. 199-205.